



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

GABINETE DO PREFEITO

**ASSUNTO:** DECISÃO REFERENTE AO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 01/2025

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com as manifestações de **recurso administrativo** interpostos pelas empresas recorrentes: **NOROMIX CONCRETO S/A, DGB ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA** e **PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, em face da decisão proferida pelo Agente de Contratação na sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Agente de Contratação na sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada vencedora a empresa **PAVINI ENGENHARIA LTDA**, manifestou-se os representantes presentes das empresas: **NOROMIX CONCRETO S/A, DGB ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA** e **PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, suas intenções de apresentarem recursos, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, ficando as demais empresas licitantes participantes intimadas para apresentarem as contrarrazões, em igual número de dias, a contar do término do prazo do recorrente.

Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência dos **recursos administrativos** interpostos pelas empresas recorrentes: **NOROMIX CONCRETO S/A, DGB ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA** e **PAVFRAN USINAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA**, devidamente anexados junto a plataforma da BBMNET.

Por sua vez, dentro do prazo estabelecido manifestou-se apresentando suas **contrarrazões de recurso**, a empresa licitante **PAVINI ENGENHARIA LTDA**, devidamente anexado junto a plataforma da BBMNET.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 13/2025** da licitação modalidade **Concorrência Eletrônica nº 01/2025**, nas razões de recurso apresentadas pelas empresas recorrentes e nas contrarrazões de recurso apresentada pela empresa impugnante, bem como, amparado na resposta da diligência efetuada junto ao Departamento de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Obras da Prefeitura, setor requisitante, a qual assim se manifestou:

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 30 de abril de 2025.  
OF/DMO/170\_1/2025/ws

Prezados Senhores

Em resposta a diligência junto a este setor requisitante a fim de se manifestar no sentido de analisar e avaliar, quanto ao provimento ou não dos recursos interpostos, com base nas manifestações apresentadas pelas empresas Noromix Concreto S/A, DGB Engenharia e Construções Ltda e Pavfran Usinagem e Pavimentação Ltda, pertinente licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 01/2025, utiliza-se deste para a devida apreciação e manifestação abaixo.

1) Do Recurso interposto pela empresa DGB Engenharia e Construções Ltda.

Inicialmente deixar registrado que este setor requisitante se pautou de informações e argumentações técnicas para analisar a composições de custos da referida empresa e não de forma genérica conforme alegado no recurso.

**“Deus Seja Louvado”**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

Consignar ainda que em momento algum este setor requisitante tratou as referências de composições de custos da CDHU como norma a ser seguida.

No que tange principalmente aos serviços de Imprimação Betuminosa Ligante, a referida empresa apresentou composições de custos com os coeficientes de consumos de seus respectivos insumos, os quais foram analisados, principalmente no tocante ao coeficiente do insumo de emulsão asfáltica, onde assim esse setor técnico se manifestou, In verbis: “ **muito abaixo do praticado, o que resulta em má qualidade da obra** ,...”, e não muito abaixo do praticado pela CDHU, ou seja, o coeficiente de consumo sub mensurado.

Muito embora a empresa impetrante tenha mencionado que no memorial descritivo da municipalidade conste taxa de aplicação na razão de 0,5 a 1,20 litros por metro quadrado, vale destacar que o texto ainda menciona que tal taxa de aplicação deverá ser em conformidade com o que a fiscalização do município determinar. Nesse contexto oportuno mencionar que a pista do aeroporto a ser recapeada, trata-se de pavimento que remonta mais de 30 anos, executado através de macadame betuminoso, possuindo assim muita porosidade, e que conseqüentemente demanda maior taxa de aplicação de emulsão asfáltica do que a praticada pela empresa na proposta.

No tocante a menção do impetrante de que este setor técnico não indica qual coeficiente exato a ser considerado, tem-se que a pintura de ligação, um dos usos mais comuns da emulsão asfáltica, geralmente requer uma taxa de aplicação entre 0,8 l/m² e 1,0 l/m².

Ainda quando menciona que não fora citado norma técnica (DNIT, DER, ABNT) que contradiga os coeficientes utilizados pela referida empresa, segue abaixo os coeficientes utilizados pelo DER/SP e DNIT, respectivamente 0,618 Kg/m² e 1,13 Kg/m²:

FCI140-025 0.000.184	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGISTICA DO ESTADO DE SAO PAULO		PAG. 21				
PRODESP	SISTEMA DE COMPOSICAO DE PRECOS - D.E.R.		EMISSAO: 07/01/25				
	DEMONSTRATIVO DAS COMPOSICOES DE PRECOS UNITARIOS DE SERVICOS		DATA TPU: 10/2024				
CODIGO: 23.05.02	NOME: IMPRIM.LIGANTE		RELATIVO A TFP 429				
	COMPLEMENTO: IMPRIMADURA BETUMINOSA LIGANTE						
	UNIDADE DE MEDIDA: M2	FAMILIA					
.....							
CODIGO DO INSUMO:	NOME REDUZIDO	OBSERVACAO	UNIDADE	VALOR UNITARIO	COEFICIENTE	VALOR PARCELA	./.
* MATERIAL *							
70.10.10	EMULSAO ASF.RR-1C		KG	4,140	0,61800000	2,558	90
* MAO DE OBRA *							
71.02.14	MESTRE DE OBRAS		HORA	49,008	0,00060000	0,029	1
71.02.30	SERVENTE		HORA	22,850	0,00120000	0,027	0
* EQUIPAMENTO *							
72.14.01.04	CHAS.ESPARG.6000 C-D		HORA	244,643	0,00060000	0,146	5
72.49.01.04	TRAT.AGR.3,7TON C-D		HORA	127,270	0,00030000	0,038	1
72.61.01.04	VAS.MEC.REBOC. C-D		HORA	74,366	0,00030000	0,022	0

COCIT		São Paulo		FIC 0,00463		Produção da equipe		1.838,46 m²		DNIT	
SISTEMA DE CUSTOS REFERENCIAIS DE OBRAS - SICRO				Janeiro/2025							
Custo Unitário de Referência											
4611352 Imprimação com emulsão asfáltica											
A - EQUIPAMENTOS				Utilização		Custo Horário		Valores em reais (R\$)			
				Quantidade	Unidade	Operativa	Improdutiva	Produtiva	Improdutiva	Custo Horário Total	
EP509 Caminhão tanque distribuidor de asfalto com capacidade de 6.000 l - 7 KW/36 KW				1,00000		1,00	0,00	260,8325	74,7076	260,8325	
EP558 Tanque de estocagem de asfalto com capacidade de 30.000 l				2,00000		1,00	0,00	55,3179	37,7862	110,6258	
								Custo horário total de equipamentos		371,4683	
B - MÃO DE OBRA				Custo Horário		Custo Horário Total					
P9824 Servente				2,00000	h	29,0789		58,1578		58,1578	
						Custo horário total de mão de obra		58,1578			
						Custo horário total de execução		429,6261			
						Custo unitário de execução		0,4137			
						Custo do FIC		0,0018			
						Custo do FIT		-			
C - MATERIAL				Preço Unitário		Custo Unitário					
M2092 Emulsão asfáltica para imprimação				0,00130	t	0,0000		0,0000			
						Custo unitário total de material					
D - ATIVIDADES AUXILIARES				Custo Unitário		Custo Unitário					
				Custo total de atividades auxiliares							
				Subtotal		0,4158					
E - TEMPO FIXO				Código	Quantidade	Unidade	Custo Unitário		Custo Unitário		
							Custo unitário total de tempo fixo				
F - MOMENTO DE TRANSPORTE				Quantidade	Unidade	LN	RP	P	Custo Unitário		
						DMT		Custo Unitário			
						Custo unitário total de transporte					
						Custo unitário direto total		0,42			

Obs:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

### GABINETE DO PREFEITO

Nessa oportunidade ainda, foram analisados três contratos da empresa com a municipalidade do ano de 2024 afim de corroborar a inexequibilidade inicialmente atestada por esse setor Requisitante . Vejamos:

		Preços Unitários			
Serviços	unid.	CE 001/2024 - Contrato 42/2024	CE 002/2024 - Contrato 43/2024	CE 003/2024 - Contrato 44/2024	Ofertado neste Certame - CE 01 2025
Placa de identificação para obra	m²	R\$ 365,15	R\$ 365,15	R\$ 365,15	<b>R\$ 315,42</b>
Imprimação betuminosa ligante	m²	R\$ 2,65	R\$ 2,65	R\$ 2,65	<b>R\$ 2,49</b>
Varrição de pavimento para recapeamento	m²	R\$ 0,86	R\$ 0,86	R\$ 0,86	<b>R\$ 0,29</b>
Camada de rolamento em concreto asfáltico usinado a quente - (CBUQ) (esp. 0,035m, faixa "A" do DER-SP)	m³	R\$ 1.028,87	R\$ 1.028,87	R\$ 1.028,87	<b>R\$ 973,83</b>
Sinalização horizontal com tinta vinílica ou acrílica	m²		R\$ 175,00	R\$ 175,00	<b>R\$ 23,92</b>

	Contratos DGB - 2024			
Modalidade de Licitação	Contrato	Valor Contratado	Área recapeada	Custo de área recapeada por m²
CE 001/2024	42/2024	R\$ 1.350.078,28	34.107,56	R\$ 39,58
CE 002/2024	43/2024	R\$ 201.517,86	4.800,53	R\$ 41,98
CE 003/2024	44/2024	R\$ 144.709,74	3.172,91	R\$ 45,61
			<b>Média</b>	<b>R\$ 42,39</b>
		Valor da Proposta apresentada	Área a ser recapeada	Custo ofertado de área a ser recapeada por m²
CE 01/2025		R\$ 1.965.000,00	51.388,14	<b>R\$ 38,24</b>

#### 2) Do Recurso interposto pela empresa Noromix Concreto S/A.

A referida empresa teve sua proposta considerada inexequível, em função de custos unitários dos insumos, praticamente em todos os serviços. A sua condição de inexequibilidade atestada ocorreu principalmente no custo do insumo emulsão asfáltica que compõe o serviço de Imprimadura Betuminosa Ligante , tendo sido demonstrado por este setor técnico documentação de comprovação de custos desse insumo acima do praticado pela empresa .

Afim de justificar o preço praticado pela mesma , nessa oportunidade , apresentou custo do ligante , extraído da ANP – Agência Nacional de Petróleo , Gás Natural e Biocombustível na ordem de R\$ 2,78 /Kg , praticado pelos distribuidores de produtos asfálticos , conforme abaixo.

1		A	B	C	D	E	F	G	H
2		Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis							
3		Superintendência de Defesa da Concorrência							
4		anp							
5									
6		PREÇO MÉDIO MENSAL PONDERADO PRATICADO PELOS DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS ASFÁLTICOS (R\$/KG)							
7		Produto	Mês	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
8		EMULSÕES ASFÁLTICAS RR-1C	fev/25	2,92890	3,09847	3,06959	2,73000	2,80279	2,82113

“Deus Seja Louvado”



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

Ocorre que nesse custo não se encontram computados ICMS, Frete, PIS/PASEP e Confins.

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

O que você procura?



Publicado em 29/09/2020 00h00

Atualizado em 22/04/2025 13h00

Compartilhe: [f](#) [in](#) [wh](#) [link](#)

Visando a proteger os interesses do consumidor quanto a preço, e por determinação do Tribunal de Contas da União, a ANP acompanha os preços de distribuição de produtos asfálticos, conforme Resoluções ANP nº 27/2008, 31/2015 e 35/2016. Os dados são encaminhados à ANP pelas distribuidoras atuantes no setor.

Consulte a cesta de produtos asfálticos ANP.

No cálculo dos preços médios mensais, são considerados os preços à vista segundo regiões de origem do produto, ponderados pelos respectivos volumes comercializados, sem ICMS (em função das diferenças tributárias existentes entre estados), PIS/Pasep e Cofins e sem inclusões de fretes entre origem e destino.

Mensalmente são divulgados os preços médios ponderados dos produtos asfálticos de duas formas:

i) Por região geográfica de origem do produto, independentemente da quantidade de distribuidoras comercializando naquela região; e

No tocante as menções do impetrante sobre “estrutura operacional da empresa”, “circunstância crucial de que os maquinários e equipamentos necessários para a execução dos serviços são integralmente próprios da recorrente”, e “vantagens operacionais decorrentes da produção própria do CBUQ e da utilização de equipamentos próprios”, e ainda “precedentes administrativos similares de outros municípios”; as mesmas são importantes porém não exclusivamente determinantes de condições de exequibilidade, devendo ser observado a peculiaridade de cada situação.

### 3) Do Recurso interposto pela empresa Pavfran Usinagem e Pavimentação Ltda.

A referida empresa teve sua proposta considerada inexecutável em função de não ter praticado sobre os itens dos serviços o montante de BDI na ordem de 20,73 %, demonstrado matematicamente por este setor requisitante.

Não se sustenta o impetrante alegar que : “Contudo, o técnico desconsiderou completamente as diferenças entre os regimes de tributação e comercialização de insumos para venda e insumos aplicados diretamente na obra. O CBUQ adquirido para execução de obra sofre incidência de tributos, custos operacionais e logísticos diversos daqueles aplicáveis ao CBUQ comercializado em mercado.” . Não há regime tributário e especificidades de comercialização, aquisição de insumos, custos operacionais e logísticos que justifiquem a não adoção dos Benefícios e Despesas Indiretas inerentes à empresa .

À título de exemplo, cotejando o serviço de Camada de Rolamento em Concreto Betuminoso Usinado à Quente, serviço este que representa 86% da obra, o preço unitário deste licitante na ordem de R\$ 935,40 / m<sup>3</sup>, ficou abaixo do primeiro na classificação de propostas iniciais, que ofertou R\$ 973,83 ( inclusive BDI de 19,60 % ) .

Concluindo, diante de todo o exposto, este setor requisitante mantém as análises e conclusões iniciais, manifestando pela rejeição dos recursos interpostos.

Desta forma, o setor requisitante em sua manifestação, deixou claro após devida análise do presente caso, que as razões recursais apresentadas pelas empresas recorrentes não merecem acolhimento.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

Posto que, em que pese as argumentações expostas pelas recorrentes, alegando não terem sido oportunizadas à mesmas, através de diligências, a demonstração de exequibilidade de suas propostas, nos termos do artigo 59, §2º da Lei Federal 14133/2021, tal situação não merece prosperar eis que, o edital do presente certame, em seu item 5.21.1, descreve claramente que: *“A empresa proponente vencedora, cujo valor final proposto fique inferior a 75% do Valor Orçado pela Administração, deverá apresentar, obrigatoriamente, uma Planilha de Custo Analítica, SEM IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE, para a devida comprovação da exequibilidade do serviço licitado, na forma descrita no item 5.21”*. Desta forma, fica evidenciado que a Administração em nenhum momento cerceou direitos dos participantes, pois o edital claramente exigiu das licitantes que apresentassem proposta inferior a 75% a devida demonstração de exequibilidade, razão pela qual, as recorrentes apresentaram suas devidas manifestações no momento oportunizado e foram desclassificadas pelo setor requisitante após sua devida análise.

Neste mesmo sentido, as recorrentes evocarem para si, direitos já devidamente instados no edital do presente certame, não faz sentido, alegando nas manifestações privilégios, os quais em nenhum momento ocorreram, pois a licitante vencedora fora questionada e diligenciada após manifestação do setor requisitante, apenas para corrigir falhas com relação a cálculos que estavam inviabilizando a devida análise sobre a exequibilidade da proposta apresentada, *NÃO* sendo solicitado em momento algum, uma nova manifestação ou mesmo uma prova de exequibilidade diferente da que fora apresentada.

Assim, com base no mencionado acima, ao analisarmos a documentação que amparou o processo licitatório em referência, constatamos que não houve ofensa alguma à Lei nº 14.133/2021 e que a marcha procedimental licitatória transcorreu seu fluxo normal, conforme ficou devidamente estampado na conduta e declarações do Agente de Contratação. Ou em outros termos, não há motivo plausível para acatar os argumentos apresentados pelas recorrentes, pois, como já ventilado, a empresa licitante vencedora apresentou toda documentação pertinente solicitada no edital.

Desta forma, a Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, expressamente determina que as contratações públicas sejam precedidas de procedimento licitatório. Sendo um procedimento anterior ao próprio contrato, permite que várias pessoas ofereçam suas propostas, e em consequência, permite também que seja escolhida a mais vantajosa para a Administração. Como foi instruída por fundamentos próprios, a licitação é norteada por alguns princípios, alguns dos quais expressos em lei, os quais definem os lineamentos em que se deve situar o procedimento. Dentre estes princípios, destaca-se o **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**, que é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. Por este princípio evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. Assim, é vedado à Administração e aos licitantes, o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige. O Edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece, sendo ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes. Nesse sentido, o artigo 25 da Lei Federal nº 14.133/21 reforça claramente a tese de que o instrumento convocatório tem natureza jurídica de ato



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

administrativo normativo, composto por regras, no qual assim descreve: *“O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento”*. Sob este contexto, a Administração deve realizar procedimento que seja equânime, transparente, dando oportunidade para que todos os interessados disputem o contrato que ela irá firmar da mesma maneira, devendo a Administração seguir rigorosamente as regras previstas no edital para a sua decisão, entendendo que não assiste razão às recorrentes.

Dito isto, convenço-me de que o Agente de Contratação acertou na sua decisão anteriormente proferida. Com efeito, a decisão do agente é lícita e deve ser validada. Posto que, o setor requisitante competente, em sua manifestação, deixou claro após devida análise do presente caso, que a empresa vencedora atendeu às exigências do Edital da presente licitação, prezando pelos princípios basilares da lei de licitação.

Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, bem como, com devido amparo na manifestação apresentada pelo Departamento de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Obras da Prefeitura, setor requisitante, pelo conhecimento dos **recursos administrativos** interpostos e pelo **não provimento** dos mesmos, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, mantendo-se a r. decisão recorrida que outrora a vista da habilitação, declarou vencedora no presente certame licitatório a empresa **PAVINI ENGENHARIA LTDA.**

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br) através do competente extrato de julgamento, bem como, sua disponibilização na plataforma da BBMNET ([www.novobbmnet.com.br](http://www.novobbmnet.com.br)) para a devida ciência de todos.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º**, do **artigo 165**, da **Lei Federal nº 14.133/21** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 30 de abril de 2025.

**LUCAS GIBIN SEREN**  
**PREFEITO MUNICIPAL**